

RECURSO ESPECIAL Nº 1.708.883 - SP (2017/0047518-3)

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E
MATERNIDADE DE DRACENA
ADVOGADO : JAIRO HENRIQUE SCALABRINI - SP156496

DECISÃO

O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou ação civil pública contra o Município de Dracena, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Dracena e o Estado de São Paulo, objetivando a adoção de medidas aptas à garantir a prestação adequada dos serviços de tratamento intensivo e respectivos anexos, promovendo recursos humanos e materiais necessários ao funcionamento e a instalação, dentro do SUS, de no mínimo 02 (dois) leitos de berçário de alto risco e 02 (dois) leitos de UTI's neonatal, conforme diretrizes correspondentes.

O Tribunal de Justiça Estadual deu parcial provimento ao recurso interposto, somente para afastar a condenação sucumbencial, alterando parcialmente a sentença de improcedência dos pedidos (fls. 778-783), nos termos assim ementados (fl. 892):

Ação Civil Pública. Obrigação de fazer. Instalação de, no mínimo, dois leitos de berçário e dois leitos de UTI neonatal na Irmandade de Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Dracena. Inadmissibilidade. Compete ao Estado a formulação de política de saúde e sua execução. Princípio da Separação de Poderes. Necessidade de estudos técnicos aprofundados acerca da regulação de oferta de vagas. Não incumbe ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público questionar a aplicação de valores doados pelo Lions Clube Cinquentenário de Dracena à Irmandade de Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Dracena, mas à entidade doadora. Sucumbência. Não cabe condenação em sucumbência quando a parte vencida é o Ministério Público, salvo se houver comprovada má-fé. Inteligência dos artigos 17 e 18 da Lei nº 7.347/85. Sentença reformada neste tópico. Recurso parcialmente provido.

Os embargos de declaração opostos foram parcialmente acolhidos, somente para sanar erro material no tocante aos apelados (fl. 918).

O Ministério Público do Estado de São Paulo interpôs recurso especial, com fundamento no artigo 105, *a*, da Constituição Federal, alegando violação do arts. 2º, 7º, I e II, da Lei n. 8.080/1990; 3º, 4º parágrafo único, *a-d*, 5º, 7º e 11, § 2º, do ECA, sob o fundamento de que, tratando-se de omissão do Poder Público na efetivação do direito à saúde e à vida de crianças, cabível ao Poder Judiciário determinar à adoção das medidas necessárias à garantia do referido direito violado, conforme requerido na exordial, sem que ocorra

Superior Tribunal de Justiça

violação ao princípio da separação dos poderes ou afronta à discricionariedade administrativa.

Contrarrazões ofertadas às fls. 962-963.

Apresentado parecer do Ministério Público Federal pelo provimento do recurso (fls. 1007-1014).

É o relatório. Decido.

Como a decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior, observam-se, em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos, as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultra-atividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça.

Inicialmente ressalta-se que os artigos de legislação federal ora invocados como afrontados pelo *decisum* não foram analisados ou debatidos, a despeito da oposição dos embargos de declaração, pelo que carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 282/STF.

Ademais, ainda que se pudesse ultrapassar tal óbice, sob o entendimento de que a matéria fora analisada, verifica-se que o reexame do acórdão recorrido, em confronto com as razões do recurso especial, revela que o fundamento apresentado naquele julgado, acerca da necessidade de estudos técnicos aprofundados com relação à regulação de ofertas de vagas para fim de implantação da UTI neonatal pretendida, utilizado de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal *a quo*, não foi rebatido no apelo nobre, o que atrai os óbices das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF, *in verbis*:

Súmula n. 283.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Súmula n. 284.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

De todo modo, verifica-se que o Tribunal *a quo* assentou-se no acervo probatório dos autos para firmar o entendimento supracitado, razão pela qual, para se concluir de forma diversa do acórdão vergastado, seria necessário o revolvimento das mesmas provas, procedimento esse vedado no âmbito do recurso especial, por óbice da Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 255, § 4º, I, do RI/STJ

Superior Tribunal de Justiça

não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

